



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 34ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE – SEÇÃO B

Processo: 00257146120198172001

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **REGINALDO JOSE TORQUATO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Inicialmente, cumpre ressaltar que o Laudo Pericial é categórico nos quesitos ao informar a **AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)**.

PERÍCIAS MÉDICAS	
Nº do processo:	0025714-61.2019.8.17.2001
Nome Completo:	REGINALDO JOSE TORQUATO
Assinatura do Reclamante:	<i>Reginaldo Jose Torquato</i>
CPF:	063.223.064-99
Vara:	34ª VARA CÍVEL DA CAPITAL – SEÇÃO B
Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes	
Informações do Acidente Local do Acidente: ALTINHO- PE Data do Acidente: 01.12.2017	IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com: a) <input checked="" type="checkbox"/> disfunções apenas temporárias b) <input type="checkbox"/> dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas) Em caso de dano anatômico e/ou funcional informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.
Avaliação I) Há lesão cuja a etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?	

Logo, resta claro que não há incapacidade permanente.

Isto posto, fica demonstrado que o pleito da parte autora encontra-se descabido, já que a mesma pleiteia indenização por invalidez permanente, sem ter restado inválida, conforme ficou comprovado através da prova pericial.

Pelo exposto, requer que seja acolhida a conclusão pericial e, em consequência, sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 16 de dezembro de 2019.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE